



Caderno de Provas

CAM 13 – NM

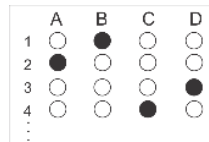
ASSISTENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

**Editais Nº. 001/2024 –
Prefeituras dos Municípios da AMCEVALE/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Novos perigos da inteligência artificial

Após pouco mais de um ano de seu lançamento, não dá para negar que a inteligência artificial generativa – que tem como seu principal representante o ChatGPT – já revolucionou diversas áreas de trabalho. Mas essa força transformadora está mostrando, aos poucos, que também tem seu lado sombrio, levantando preocupações de todo tipo, inclusive éticas, pelo mundo.

A recém-encerrada greve dos roteiristas e atores de Hollywood já foi uma consequência do mundo pós-inteligência artificial. Entre outras reivindicações, os trabalhadores dos grandes estúdios cobravam regras mais claras para evitar que roteiros sejam totalmente escritos pela inteligência artificial, bem como restrições no uso indiscriminado da imagem dos atores coadjuvantes. Além de ter o poder de aniquilar o trabalho criativo, os sindicatos de Hollywood alertam que a automação desenfreada pode levar a uma produção de conteúdo carente da autenticidade que conecta histórias aos corações do público.

Outros casos recentes, dessa vez no Brasil, mostraram o aprofundamento dos perigos da inteligência artificial, tanto para pessoas públicas quanto para anônimos, e tendo principalmente mulheres como alvo. Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro para criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, já que envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

A greve dos roteiristas e os sombrios casos de pornografia falsa gerada por IA revelam uma desconsideração alarmante pelo trabalho, pela privacidade e pela dignidade das pessoas. Por isso, é imperativo que a sociedade desenvolva estruturas robustas para prevenir esse tipo de abuso, e isso deve ser feito tanto pelos governos, quanto pelas empresas. Do lado das companhias que oferecem esse tipo de serviço, é fundamental que exista uma transparência maior nos algoritmos que regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial. Também é necessário que existam meios de identificação simultânea de conteúdos, como marcas d'água, de modo a comprovar que determinada foto ou sequência de palavras foi gerada por uma IA.

Falta ainda ao Brasil uma legislação clara para o uso da inteligência artificial, que leve em conta a atual mudança tecnológica. Apesar de a criação de montagens pornográficas – principalmente envolvendo menores de idade – ser crime, a autoria do produto final está em uma zona cinzenta das leis brasileiras. Para tentar coibir tais abusos, é preciso que existam regulamentações mais rigorosas e mecanismos claros de responsabilização pelo uso da IA para a produção de conteúdo criminoso.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação. É preciso compreender que o perigo não está na IA em si, mas na ausência de diretrizes éticas. Como toda nova tecnologia, ela demanda técnicas, direitos e deveres totalmente novos, para que seja bem aplicada. Os alertas recentes já são mais do que suficientes para que esse debate se inicie, tanto nas empresas quanto no Congresso.

Disponível em: <https://www.em.com.br/2023/11/6654195-novos-perigos-da-inteligencia-artificial.html>. [Adaptado]

01. Considerando o texto em sua totalidade, o objetivo principal do texto é

- A) avaliar os efeitos negativos do uso indiscriminado e irresponsável da inteligência artificial.
- B) alertar sobre a necessidade de a sociedade criar mecanismos de defesa para o uso indiscriminado da inteligência artificial.
- C) apresentar soluções para extinguir os problemas advindos do uso da inteligência artificial.
- D) criticar a ausência de uma legislação brasileira que proteja os cidadãos do uso pornográfico da inteligência artificial.

02. De acordo com o texto, os perigos da inteligência artificial

- A) devem atingir também o mercado de trabalho.
- B) têm como alvo preferencial mulheres anônimas.
- C) surgiram apenas depois da criação do ChatGPT.
- D) atingem, exclusivamente, usuários das redes sociais.

03. Em relação ao uso da inteligência artificial, o autor do texto tem uma visão

- A) depreciativa, visto que aponta o lado sinistro dessa tecnologia.
- B) positiva, visto que admite a reversão do cenário estabelecido.
- C) indiferente, visto que se mostra apático em relação a essa questão.
- D) apocalíptica, visto que vislumbra um desfecho trágico para a humanidade.

04. Considerando a organização das ideias, no terceiro parágrafo, a ideia central

- A) está localizada, exclusivamente, no último período.
- B) está localizada, exclusivamente, no primeiro período.
- C) encontra-se diluída entre o terceiro e o quarto períodos.
- D) encontra-se diluída entre o primeiro e o segundo períodos.

05. Considere o trecho a seguir.

Do lado das companhias **que [1]** oferecem esse tipo de serviço, é fundamental **que [2]** exista uma transparência maior nos algoritmos **que [3]** regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial.

As palavras **[1]**, **[2]** e **[3]**, em destaque, devem ser classificadas, respectivamente, como

- A) conjunção integrante, pronome relativo, conjunção integrante.
- B) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção integrante.
- C) pronome relativo, conjunção integrante e pronome relativo.
- D) conjunção integrante, pronome relativo e pronome relativo.

06. Se o sujeito for flexionado plural no trecho “[...] é fundamental **que exista uma transparência maior nos algoritmos [...]**”, a sua nova versão, de acordo com o português escrito padrão, será:

- A) “[...] é fundamental que exista transparências maior nos algoritmos [...]”.
- B) “[...] são fundamentais que exista transparências maiores nos algoritmos [...]”.
- C) “[...] são fundamentais que existam transparências maior nos algoritmos [...]”.
- D) “[...] é fundamental que existam transparências maiores nos algoritmos [...]”.

07. Considere o trecho a seguir.

Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Nesse trecho, a presença de verbos

- A) dispostos numa relação de anterioridade e posterioridade caracteriza a sequência narrativa.
- B) flexionados no pretérito perfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência descritiva.
- C) flexionados no pretérito imperfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência narrativa.
- D) encadeadores de ações simultâneas caracteriza, predominantemente, a sequência descritiva.

08. No quinto parágrafo, a conjunção “**apesar de**” é utilizada para

- A) estabelecer relação explicativa entre orações.
- B) estabelecer relação concessiva entre orações.
- C) introduzir oposição de ideias em relação ao período anterior.
- D) introduzir explicação em relação à ideia do período anterior.

09. Analise o período a seguir.

A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro **para [1]** criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, **já que [2]** envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

As conjunções [1] e [2] em destaque introduzem orações que exprimem

- A) explicações.
- B) finalidades.
- C) finalidade e explicação, respectivamente.
- D) explicação e consequência, respectivamente.

10. Analise o período a seguir.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação.

Em relação à pontuação desse período,

- A) a vírgula separa orações coordenadas.
- B) a vírgula marca uma pausa respiratória.
- C) os dois travessões indicam a presença de oração adjetiva restritiva.
- D) os dois travessões podem ser retirados sem causar alteração de sentido.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA

11. No programa Microsoft Word 365 PT-BR, o atalho do teclado utilizado para Salvar o documento e, em seguida, imprimi-lo é:
- A) CTRL+B e CTRL+P
 - B) CTRL+I e CTRL+N
 - C) CTRL+A e CTRL+R
 - D) CTRL+Z e CTRL+S

12. Analise a figura abaixo:



Figura 01

A logomarca da figura 01 refere-se ao navegador

- A) Google Chrome.
 - B) Microsoft Edge.
 - C) Mozilla Firefox.
 - D) Internet Explorer.
13. Ao utilizar o atalho “CTRL+T”, no navegador do Google Chrome, o usuário vai abrir
- A) o Histórico.
 - B) uma Nova Guia.
 - C) uma Nova Janela.
 - D) uma Nova Janela Anônima.
14. No programa Microsoft Excel 365 PT-BR, para iniciar uma fórmula, numa célula ou na barra de fórmulas, é preciso iniciar com o caractere
- A) Igual (=)
 - B) Jogo da velha (#)
 - C) Barra (/)
 - D) Asterisco (*)
15. Para Centralizar o conteúdo no documento do programa Microsoft Word 365 PT-BR, o usuário seleciona o texto e utiliza, no teclado, o atalho
- A) CTRL+Q
 - B) CTRL+G
 - C) CTRL+J
 - D) CTRL+E

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) considera trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. Conforme o CTB,
- A) os efeitos do CTB não são aplicáveis às vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.
 - B) as vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em urbanas, rurais e modais.
 - C) a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas para circulação é assegurada ao pedestre, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres.
 - D) a sinalização de regulamentação da via será implantada, nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, pelo órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito com circunscrição sobre a via e mantida às expensas do condomínio.
17. Cidadania e trânsito devem compactuar, efetivamente, para que não estejam dispersas uma da outra. Ser cidadão é respeitar as normas, os direitos, os deveres e não cometer infrações que possam prejudicar a vida de todos os envolvidos. Referente ao Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar:
- A) O trânsito, em condições seguras, é dever de todos, priorizando ações em defesa da vida, da preservação da saúde e do meio-ambiente.
 - B) O cidadão ou a entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou às entidades do Sistema Nacional de Trânsito sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a esse Código.
 - C) Os Órgãos do Sistema Nacional de trânsito estabelecerão, anualmente, os temas e as campanhas referentes às férias escolares, aos feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito, de acordo com suas peculiaridades.
 - D) Os órgãos e as entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, em conjunto, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
18. Sempre que necessária, será colocada, ao longo da via, sinalização destinada a condutores e pedestres a qual é prevista no Código de Trânsito Brasileiro e em legislação complementar, sendo vedada a utilização de qualquer outra sinalização. Em relação à sinalização de trânsito,
- A) os sinais de trânsito classificam-se em verticais, horizontais, paralelos, dispositivos de sinalização auxiliar, luminosos, sonoros e gestos do agente de trânsito e do condutor.
 - B) o órgão ou a entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.
 - C) a sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do Plano Diretor do Município.
 - D) uma via pavimentada poderá ser entregue após sua construção, ou reaberta ao trânsito, após a realização de obras ou de manutenção, sem estar devidamente sinalizada, vertical e horizontalmente, desde que haja a presença constante de agentes de trânsito, de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação.

19. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações. Compete, privativamente, aos órgãos e às entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição,
- A) autuar e aplicar as medidas administrativas e penalidades previstas nos artigos 181, 182 e 183 do Código de Trânsito Brasileiro.
 - B) aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito, de acordo com legislação municipal.
 - C) implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito.
 - D) vistoriar, inspecionar as condições de segurança veicular, registrar, emplacar e licenciar veículos, com a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão máximo executivo de trânsito da União.
20. Operação de trânsito é o monitoramento técnico, baseado nos conceitos de engenharia de tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e de parada na via, de forma a reduzir as interferências, tais como veículos quebrados, sinistrados, estacionados irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores. Sendo assim, a ordem correta de prevalência da sinalização é:
- A) 1º - sinalização de regulamentação; 2º - Sinalização de advertência; e 3º - sinalização indicativa.
 - B) 1º - as indicações dos sinais sobre as indicações dos semáforos; 2º - as indicações do semáforo; e 3º - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação.
 - C) 1º - veículos de polícia, de socorro de incêndio e salvamento, de fiscalização de trânsito e das ambulâncias sobre os demais veículos; 2º - pedestres e ciclista; e 3º - demais veículos.
 - D) 1º - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; 2º - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; e 3º as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.
21. A sinalização horizontal é um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias. Sendo assim, as cores que podem indicar esse tipo de sinalização são:
- A) branca, amarela, preta, azul e verde.
 - B) branca, amarela, preta, azul e vermelha.
 - C) branca, amarela, azul, verde e vermelha.
 - D) branca, amarela, verde, azul, preta e vermelha.
22. O Agente da Autoridade de Trânsito pode emitir ordens por meio de gestos e sinais sonoros. De acordo com essa determinação,
- A) um silvo longo significa “siga” e se emprega para liberar o trânsito.
 - B) dois silvos longos significam “siga” e são empregados para liberar o trânsito.
 - C) os sinais sonoros somente devem ser utilizados em conjunto com os gestos dos agentes.
 - D) os braços do agente estendidos horizontalmente, com a palma da mão para frente, significam ordem de seguir para todos os veículos no sentido indicado.

23. Leia a afirmação a seguir.

“Mortes e lesões no trânsito são também uma questão de equidade social, já que as pessoas pobres e vulneráveis são, com maior frequência, também usuários vulneráveis das vias (pedestres, ciclistas, motoristas de veículos motorizados de duas e/ou três rodas e passageiros de transporte público inseguro)”, assinala a Declaração de Brasília, aprovada na 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito.

Sobre essa problemática, é correto afirmar:

- A) Os ciclistas e pedestres sempre se equiparam em direitos e deveres.
- B) Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor, utilizando capacete de segurança e vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.
- C) Os pedestres e os ciclistas, respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, em ordem decrescente, são os maiores responsáveis pela segurança no trânsito, por serem os únicos usuários não motorizados.
- D) O transporte de combustíveis e produtos inflamáveis em motocicletas e motonetas destinadas ao transporte remunerado de mercadorias (moto-frete) somente será autorizado após o devido licenciamento pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

24. De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, é atribuição do Município:

- A) organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo.
- B) realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, de aperfeiçoamento, de reciclagem e de suspensão de condutores bem como expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação.
- C) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.
- D) propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

25. A Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. De acordo com essa Lei,

- A) os Municípios com mais de 20.000 habitantes ficam obrigados a elaborar e a aprovar Plano de Mobilidade Urbana.
- B) os serviços de transporte urbano são classificados, quanto ao objeto, em público e privado.
- C) 5% das vagas, na outorga de exploração de serviço de táxi, serão destinadas para condutores com deficiência.
- D) a participação da sociedade civil na aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada por meio de audiências públicas e plebiscito.

26. Os dispositivos auxiliares são elementos aplicados ao pavimento da via, junto a ela, ou nos obstáculos próximos, de forma a tornar mais eficiente e segura a operação da via. São exemplos desse tipo de dispositivo:

- A) balizadores e tachas.
- B) cones e placas de orientação.
- C) barreiras de concreto e placas educativas.
- D) fita zebra e linhas de divisão de fluxos opostos.

- 27.** Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário, funcionarão Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas. Sendo assim, compete às JARI
- A) apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio, ou a administração pública ou privada, referentes à segurança do trânsito.
 - B) estabelecer modelo padrão de coleta de informações sobre as ocorrências de sinistros de trânsito e as estatísticas de trânsito.
 - C) coordenar a administração do registro das infrações de trânsito, da pontuação e das penalidades aplicadas no prontuário do infrator bem como da arrecadação de multas.
 - D) encaminhar aos órgãos e às entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações que são apontados em recursos e se repetem sistematicamente.
- 28.** Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito do Código de Trânsito Brasileiro ou da legislação complementar. No que concerne à Infração de trânsito,
- A) as infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em gravíssima, grave, média e leve.
 - B) a multa deverá ser paga quando da chegada do veículo em seu respectivo País, se a infração for cometida com veículo licenciado no exterior, em trânsito no território nacional.
 - C) as medidas administrativas substituem a aplicação das penalidades impostas por infrações estabelecidas no Código de Trânsito, possuindo caráter excludente a estas.
 - D) a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo caberá ao condutor, inclusive as praticadas por passageiros usuários do serviço de transporte rodoviário de passageiros em viagens de longa distância.
- 29.** O Código de Trânsito Brasileiro determina que:
- A) a credencial confeccionada para a utilização das vagas de estacionamento destinadas a pessoas com deficiência física terá validade apenas na circunscrição do órgão ou da entidade de trânsito que a emitiu.
 - B) é obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.
 - C) o veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo as duas lacradas em sua estrutura, obedecidas as especificações e os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.
 - D) é proibido, sob qualquer hipótese, o trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos.
- 30.** No que concerne à Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal nº 12.587/2012,
- A) a acessibilidade é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano.
 - B) o Plano de Mobilidade Urbana é independente do plano diretor e dos planos de desenvolvimento urbano integrado bem como dos planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana.
 - C) a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social são objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
 - D) o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta, de acordo com a legislação vigente, mesmo nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual.